



notíciaLEGAL

Informativo digital da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

Conselho Nacional de Justiça acata pedido da PGE e suspende precatórios da trimestralidade

Em decisão proferida no último dia 20/11, o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, analisou e acatou o pedido de reconsideração apresentado pela PGE, ao determinar a suspensão do pagamento de todos os precatórios da trimestralidade, incluindo os que já tiveram o recálculo efetuado. De acordo com a decisão, a suspensão permanecerá até o trânsito em julgado das Ações Declaratórias de Nulidade desses precatórios, ajuizadas pela PGE, e a realização dos novos cálculos. “Caso não tenhamos êxito nas Ações Declaratórias de Nulidade, vamos envidar todos os nossos esforços para fazer valer, junto ao TJES, a metodologia desenvolvida pelo TCES para o recálculo dos valores”, explicou o procurador-geral. Segundo Alexandre, pelos cálculos do TCES, os valores requisitados nos processos seriam reduzidos em até 99%.

Procuradores do Estado entregam livros a governador



O Governador Paulo Hartung recebeu, no dia 21/11, das mãos dos procuradores Alexandre Nogueira Alves, Anderson Sant’Ana Pedra e Luiz Henrique Miguel Pavan, dois livros. No primeiro (*O Federalismo na Visão dos Estados*), Alexandre e Anderson participaram com um artigo, intitulado “O senado federal, a competência legislativa concorrente e os interesses dos governos estaduais no processo legislativo: normas gerais *versus* normas específicas numa federação”. A outra publicação (*Saindo da Lama*), de co-autoria do procurador Luiz Henrique Miguel Pavan, aborda a tragédia de Mariana (MG) e o tratamento dado pelos Estados envolvidos e União na atuação

para a construção daquele que foi o maior acordo da história do Brasil. O governador parabenizou a PGE por mais essas contribuições dos procuradores do Estado à sociedade em geral e à academia.
